

Demonstrações Financeiras

Paranaguá Saneamentos S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Paranaguá Saneamento S.A.
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os saldos de capitalização de gastos no ativo intangível perfazem o montante de R\$ 64.075 mil, as adições do ativo de contrato o montante de R\$ 14.296 mil e os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas 2.2, 2.6, 2.7, 9 e 10.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura da concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e conseqüentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2019; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na nota explicativa 19 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos das controladas são advindos essencialmente de prejuízos fiscais acumulados e reconhecidos com base na existência de probabilidade razoável de que haverá lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. As controladas consideram o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis até ao final da concessão para compensação de tais perdas, limitado a 10 anos. Para a sua avaliação as controladas utilizaram-se de julgamentos e premissas, tais como realização das projeções de valores de receita de serviços prestados, custos, despesas administrativas e financeiras. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pelas controladas e aprovadas pelos órgãos de governança. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento das receitas, custos e despesas, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados, para a parcelas dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.4 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

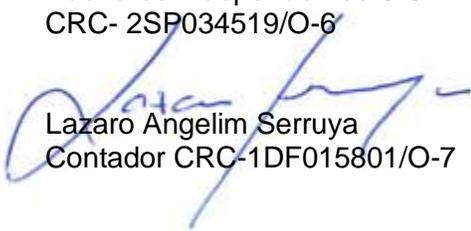
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6



Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Paranaguá Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.995	2.004
Contas a receber e outros recebíveis	6	8.785	10.639
Estoques		898	917
Impostos e contribuições a recuperar		366	363
Despesas antecipadas		149	153
Total do ativo circulante		<u>14.193</u>	<u>14.076</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas		-	8
Contas a receber e outros recebíveis	6	4	7
Depósitos judiciais		1.025	1.011
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	12.111	11.306
Total do realizável a longo prazo		<u>13.140</u>	<u>12.332</u>
Imobilizado	7	1.934	1.999
Ativos de direito de uso	8	1.134	-
Intangível	9	253.342	200.991
Ativo de contrato	10	8.914	24.496
Total do ativo não circulante		<u>278.464</u>	<u>239.818</u>
Total do ativo		<u>292.657</u>	<u>253.894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11	13.186	12.082
Empréstimos e financiamentos	12	113.227	58.049
Debêntures	13	16.270	-
Provisões e encargos trabalhistas	14	1.602	1.819
Imposto de renda e contribuição social a pagar		234	-
Obrigações fiscais		1.057	1.396
Total do passivo circulante		<u>145.576</u>	<u>73.346</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	7.465	9.113
Debêntures	13	126.229	156.898
Provisão para perdas em causas judiciais	15	429	1.070
Total do passivo não circulante		<u>134.123</u>	<u>167.081</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	28.236	28.236
Prejuízos acumulados		(15.278)	(14.769)
Total do patrimônio líquido		<u>12.958</u>	<u>13.467</u>
Total do passivo		<u>279.699</u>	<u>240.427</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>292.657</u>	<u>253.894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	20	117.002	106.444
Custo dos serviços prestados	21	<u>(77.885)</u>	<u>(72.862)</u>
Lucro bruto		<u>39.117</u>	<u>33.582</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	21	(7.805)	(3.426)
Administrativas e gerais	21	(15.665)	(17.464)
Outras receitas operacionais		<u>547</u>	<u>-</u>
		<u>(22.923)</u>	<u>(20.890)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>16.194</u>	<u>12.692</u>
Receitas financeiras	22	1.609	1.699
Despesas financeiras	22	<u>(18.452)</u>	<u>(20.375)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(16.843)</u>	<u>(18.676)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(649)</u>	<u>(5.984)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(665)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>805</u>	<u>4.727</u>
Prejuízo do exercício		<u>(509)</u>	<u>(1.257)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	<u>(509)</u>	<u>(1.257)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(509)</u></u>	<u><u>(1.257)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018		28.236	(12.931)	15.305
Adoção da IFRS 9 / CPC 48		-	(581)	(581)
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(1.257)</u>	<u>(1.257)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16	<u>28.236</u>	<u>(14.769)</u>	<u>13.467</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(509)</u>	<u>(509)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16	<u><u>28.236</u></u>	<u><u>(15.278)</u></u>	<u><u>12.958</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(509)	(1.257)
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(805)	(4.727)
Imposto de renda e contribuição social correntes	665	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.858	370
Depreciação e amortização	12.578	10.807
Baixa de ativo intangível	146	77
Provisão (reversão) para perdas em causas judiciais	(641)	416
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	15.236	16.696
	<u>30.528</u>	<u>22.382</u>
Variações em:		
Aumento em contas a receber e outros recebíveis	(2.001)	(2.202)
Aumento (redução) em estoques	19	(317)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	(3)	(62)
Aumento (redução) em despesas antecipadas	12	(3)
Aumento em depósitos judiciais	(14)	(29)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	1.104	5.969
Redução em provisões e encargos trabalhistas	(217)	(283)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(339)	620
	<u>29.089</u>	<u>26.075</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(431)	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(34.991)	(2.160)
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>(6.333)</u>	<u>23.915</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(460)	(1.178)
Aquisições de ativo intangível	(48.542)	(48.199)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(49.002)</u>	<u>(49.377)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	78.540	27.293
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(21.214)	(4.116)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	<u>57.326</u>	<u>23.177</u>
Aumento (redução) líquidos em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.991</u>	<u>(2.285)</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>2.004</u>	<u>4.289</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>3.995</u></u>	<u><u>2.004</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Paranaguá Saneamento S.A. “Companhia”, localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos. Iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A, juntamente com o Contrato de Subconcessão.

Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045.

A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 14 de abril de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$131.383 (R\$ 59.270 em 31 de dezembro de 2018), principalmente em função dos empréstimos e financiamentos com partes relacionadas, que totalizam R\$112.868 (R\$38.151 em 31 de dezembro de 2018) onde o referido recurso foi aplicado na ampliação e melhoria da infraestrutura das subconcessão. A Administração e seus assessores tem logrado esforços para a reestruturação da dívida e da estrutura de capital da Companhia. Caso seja necessário, o acionista se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações de curto prazo.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) – Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures;

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.7. Ativos de contrato

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15 e a revisão do ICPC 01 / IFRIC 12, notadamente o parágrafo 19 do ICPC01/IFRIC 12, a Companhia passou a classificar como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão durante o período de construção.

	Saldo divulgado	Reclassi- ficação	Saldo reapre- sentado
Saldo em 31 de dezembro de 2018			
Ativo intangível (Nota 9)	225.487	(24.496)	200.991
Ativos de contrato (Nota 10)		24.496	24.496

2.8. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.12. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

2.13 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.14 Normas novas que estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil foi efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019 e estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2).

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos cujo prazo de arrendamento se encerre em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto sejam de baixo valor. Os principais contratos identificados com ativos subjacentes de baixo valor se referem a itens como locação de impressoras, equipamento de videoconferência e comunicação, os contratos identificados como curto prazo se referem a locação de equipamentos operacionais e os contratos ao qual a Companhia o classificou como arrendamento se refere a locação de veículos, imóveis e máquinas e equipamentos.

Os impactos iniciais no balanço em 01 de janeiro de 2019 foram de R\$1.560 mil reais nas rubricas de Ativos de direito de uso e de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a taxa nominal incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento reconhecidos na data de aplicação do pronunciamento de 10,23%, para contratos de 1 ano e crescente para os anos subsequentes de forma a refletir o custo marginal de captação que a Companhia obterá para efetuar a compra do ativo.

ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Administração concluiu que não há impacto significativo na aplicação desta Interpretação nas demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para o período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa correspondente

Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas)

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data das demonstrações financeiras, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Tributos, impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	22	43
Saldo bancário	3.580	1.961
Aplicações financeiras	393	-
Total	3.995	2.004

As aplicações financeiras rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

6. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2019	2018
Contas a receber de saneamento e serviços		18.011	13.581
Direitos a faturar		3.422	3.288
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(13.838)	(9.980)
		7.595	6.889
Partes relacionadas - operações mensais	23	78	73
Adiantamentos		955	3.519
Outros		161	165
		1.194	3.757
Circulante		8.785	10.639
Não circulante		4	7
Total		8.789	10.646

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadore s e periféricos	Veículos	Total
Custo					
Saldos em 1º de janeiro de 2018	243	977	1.144	1.818	4.182
Adições	131	102	702	232	1.167
Saldos em 31 de dezembro de 2018	374	1.079	1.846	2.050	5.349
Adições	5	102	353	-	460
Baixas	-	-	-	(956)	(956)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	379	1.181	2.199	1.094	4.853
Depreciação					
Saldos em 1º de janeiro de 2018	(145)	(698)	(758)	(1.310)	(2.911)
Adições	(30)	(63)	(142)	(204)	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(175)	(761)	(900)	(1.514)	(3.350)
Adições	(55)	(62)	(262)	-	(379)
Baixas	-	-	-	810	810
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(230)	(823)	(1.162)	(704)	(2.919)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2018	199	318	946	536	1.999
Em 31 de dezembro de 2019	149	358	1.037	390	1.934

8. Ativos de direito de uso

Em virtude das alterações do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil equivalente a norma internacional IFRS 16 – Leases, efetivas a partir 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu um ativo representando um direito de usar o ativo arrendado durante o prazo dos contratos de arrendamento mercantil (um ativo de direito de uso), conforme demonstrado abaixo:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo			
Adição no período	429	1.131	1.560
Depreciação			
Adição no período	(301)	(125)	(426)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2019	128	1.006	1.134

9. Intangível

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Concessão (ii)	Software	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2018	216.360	39.549	349	256.258
Adições	15.772	-	138	15.910
Baixas	(77)	-	-	(77)
Transferências	10.087	-	-	10.087
Saldos em 31 de dezembro de 2018	242.142	39.549	487	282.178
Adições	34.197	-	49	34.246
Transferências	29.878	-	-	29.878
Saldos em 31 de dezembro de 2019	306.217	39.549	536	346.302
Amortização				
Saldos em 1º de janeiro de 2018	(61.260)	(9.369)	(201)	(70.830)
Adições	(9.213)	(1.091)	(53)	(10.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(70.473)	(10.460)	(254)	(81.187)
Adições	(10.610)	(1.091)	(72)	(11.773)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(81.083)	(11.551)	(326)	(92.960)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2018	171.669	29.089	233	200.991
Em 31 de dezembro de 2019	225.134	27.998	210	253.342

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2018	2019		
		Custo	Adições	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	69.866	146	108	70.120
Rede de Esgoto	De 4 a 6	134.293	26.875	26.773	187.941
Rede de Água	De 4 a 5	34.116	7.120	2.614	43.850
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	1.461	56	383	1.900
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	1.553
Outros		853	-	-	853
Total		242.142	34.197	29.878	306.217

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

A Capitalização de gastos no ativo intangível perfaz o montante de R\$ 64.075, o total de adições de R\$ 34.197 diretamente em operação e R\$ 29.878 correspondentes a transferência do ativo de contrato para o ativo intangível.

(ii) Concessão

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

	Prazo final da concessão	Prazo remanescente (anos)	Custo contábil	Amortização		Saldo líquido	
				2019	2018	2019	2018
Intangível de concessão	2045	26	39.549	(11.551)	(10.460)	27.998	29.089

A seguir detalhamos o valores de intangível de concessão registrados pela Companhia:

- Em maio de 2008, a CAB Paranaguá S.A. adquiriu 100% das ações representativas do capital da Companhia Águaspar S.A., na qual possuía a quase totalidade das ações da Paranaguá Saneamento S.A., com exceção de 4 (quatro) ações preferenciais pertencentes aos membros do Conselho de Administração da Paranaguá Saneamento S.A., pelo valor de R\$ 59.133, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$ 39.549 conforme estudo efetuado por Companhia especializada.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CAB Paranaguá S.A. pela Águaspar S.A. e, posteriormente, a incorporação da Águaspar S.A. pela Paranaguá Saneamento S.A., e a mais valia (concessão), gerada na aquisição desse investimento, foi classificada no ativo intangível. A Companhia está amortizando este intangível linearmente pelo prazo da concessão.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 20-24 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2020.

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- **Receitas** - as receitas foram projetadas entre 2020 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.
- **Taxa de desconto** - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 14,19%.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

A unidade geradora de caixa não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado para a unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

10. Ativos de contrato

Referem-se ao direito contratual das controladas de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível.

Ativo de contrato	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.496
Adições	14.296
Transferências (*)	(29.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.914

(*) O saldo refere-se a classificação de ativo da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação

11. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2019	2018
Fornecedores diversos		12.101	9.756
Partes relacionadas - operações mensais	23	524	847
Adiantamentos		280	233
Outras contas a pagar		281	1.246
Total		13.186	12.082

12. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Nota</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros médios a.a. (%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BNDES - parte relacionada	23	TJLP	6,97	2020 a 2024	9.252	13.398
Capital de giro		CDI		2019	-	19.938
Arrendamento mercantil				2023	1.166	-
Conta corrente - partes relacionadas	23				110.357	33.949
(-) Custo de transação					(83)	(123)
Circulante					113.227	58.049
Não circulante					7.465	9.113
Total					120.692	67.162

O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária.

No contrato de capital de giro a controladora Iguá Saneamento S.A. é co-devedora.

Em 19 de maio de 2017, foi firmado termo aditivo ao capital de giro pela Companhia, prorrogando o vencimento da dívida da seguinte maneira: pagamentos intermediários de juros limitados a R\$ 500 a se realizar em 21 de maio de 2018 e 21 de novembro de 2018 e liquidação do saldo devedor total em 21 de maio de 2019.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 a 60 meses</u>	
BNDES (*)	9.252	2.510	2.483	1.713	1.328	1.218	
Arrendamento mercantil	1.166	388	280	310	188	-	
Conta corrente - partes relacionadas	110.357	110.357	-	-	-	-	
Total	120.775	113.255	2.763	2.023	1.516	1.218	
<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 a 60 meses</u>	<u>61 a 71 meses</u>
BNDES (*)	13.398	4.202	2.475	2.475	1.708	1.324	1.214
Capital de giro	19.938	19.938	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	33.949	33.949	-	-	-	-	-
Total	67.285	58.089	2.475	2.475	1.708	1.324	1.214

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação dos financiamentos BNDES, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	
31 de dezembro de 2019	contábil	meses	Meses	meses	meses	meses	
Financiamentos	83	28	24	17	11	3	

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 71
31 de dezembro de 2018	contábil	meses	Meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	123	40	28	23	17	11	4

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivos			Total
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil	Debêntures	
Saldos em 1 de janeiro de 2019	67.162	-	156.898	224.060
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Liberação de arrendamento mercantil	-	1.560	-	1.560
Conta corrente - partes relacionadas	76.408	-	-	76.408
Amortização de principal	(18.688)	(394)	-	(19.082)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	57.720	1.166	-	58.886
Outras variações				
Provisão de juros	1.470	92	13.635	15.197
Pagamento de juros	(6.865)	(92)	(28.034)	(34.991)
Amortização CPC 08	39	-	-	39
Total de outras variações	(5.356)	-	(14.399)	(19.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	119.526	1.166	142.499	263.191

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

13. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros médios		Vencimento	2019	2018
		a.a. (%)				
Debêntures	CDI	8,94		2020 a 2025	142.499	156.898
Circulante					16.270	-
Não circulante					126.229	156.898

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia consistem (i) em garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, por meio de carta de fiança firmada pela controladora Iguá Saneamento S.A. na condição de fiadora, tornando-se devedora solidária e principal pagadora da totalidade dos valores devidos até a final quitação das debêntures; (ii) totalidade das ações da Companhia, bem como todas as novas ações que sejam subscritas e integralizadas; e (iii) totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros de titularidade da Companhia, emergentes do contrato de concessão.

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a
		meses	meses	meses	meses	meses	meses
Debêntures	142.499	16.270	25.243	25.243	25.243	25.243	25.257

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a
		meses	meses	meses	meses	meses	meses
Debêntures	156.898	-	-	14.262	28.524	28.524	85.588

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

14. Provisão e encargos trabalhistas

	2019	2018
Salários e ordenados	651	546
Provisão de férias	703	1.000
Encargos sociais	248	273
Total	1.602	1.819

15. Provisão para perdas em causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$429 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.070 em 31 de dezembro de 2018).

	Cíveis e trabalhistas	
	2019	2018
Saldo inicial	1.070	654
Adições	233	540
Reversões	(874)	(124)
Saldo final	429	1.070

As contingências passivas são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$15.061 em 31 de dezembro de 2019 (R\$11.663 em 31 de dezembro de 2018). Nenhuma provisão foi constituída para tais cotingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização.

Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível:

- Existe um processo estimado em R\$ 10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. A alegação de suspeição do perito já foi afastada por decisão final, diante da qual não cabe mais recurso. No momento aguarda-se apenas a definição do Juiz Federal competente para que o processo retome seu curso com o encerramento da fase de produção de provas.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

16. Capital social

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 28.236 (idêntico em 31 de dezembro de 2018), representado por 28.236.154 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2019	2018
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

17. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Total do passivo	279.699	240.427
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.995)	(2.004)
(=) Dívida líquida	275.704	238.423
Total do patrimônio líquido	12.958	13.467
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	21,28	17,70

18. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	393	-	3.602	2.004	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	6	-	-	8.789	10.646	-	-
Ativos financeiros		393	-	12.391	12.650	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	13.186	12.082
Empréstimos e financiamentos (*)	12	-	-	-	-	120.775	67.285
Debêntures	13	-	-	-	-	142.499	156.898
Passivos financeiros		-	-	-	-	276.460	236.265

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.995	2.004
Contas a receber e outros créditos (*)	6	7.834	7.127
Circulante		11.825	9.124
Não circulante		4	7
Total		11.829	9.131

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	2019	2018
A vencer	6.030	5.043
Vencidos até 30 dias	2.677	2.330
Vencidos entre 31 e 60 dias	557	375
Vencidos entre 61 e 90 dias	1.776	173
Vencidos entre 91 e 120 dias	283	163
Vencidos entre 121 e 150 dias	291	116
Vencidos entre 151 e 180 dias	198	83
Vencidos acima de 181 dias	9.621	8.586
Total	21.433	16.869

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	8.728
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	1.921
Adoção IFRS 9 / CPC 48	882
Valores baixados	(1.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.980
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	5.502
Valores baixados	(1.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.838

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas e incorridas.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	2019	2018
A vencer	731	277
Vencidos até 30 dias	1.007	520
Vencidos entre 31 e 60 dias	381	185
Vencidos entre 61 e 90 dias	1.390	111
Vencidos entre 91 e 120 dias	240	119
Vencidos entre 121 e 150 dias	270	99
Vencidos entre 151 e 180 dias	198	83
Vencidos acima de 181 dias	9.621	8.586
Total	13.838	9.980

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	11	12.906	11.849
Empréstimos e financiamentos (**)	12	120.775	67.285
Debêntures	13	142.499	156.898
Circulante		142.431	69.938
Não circulante		133.749	166.094
Total		276.180	236.032

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(**) O montante referente a empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo apresentados sem o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa						
		contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 69 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	12.906	12.907	12.907	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	119.609	121.070	113.436	2.899	1.973	1.487	1.275	-
Arrendamento mercantil	1.166	1.380	486	348	348	198	-	-
Debêntures	142.499	174.997	23.264	34.062	32.207	30.329	28.485	26.650
Total	276.180	310.354	150.093	37.309	34.528	32.014	29.760	26.650

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa						
		contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 81 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	11.849	11.849	11.849	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	67.285	70.533	59.612	3.174	2.960	2.008	1.504	1.275
Debêntures	156.898	219.054	7.590	29.484	41.802	39.103	36.371	64.704
Total	236.032	301.436	79.051	32.658	44.762	41.111	37.875	65.979

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2019	2018
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	5	393	-
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	12	9.252	33.336
Debêntures	13	142.499	156.898
Total		151.751	190.234

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(9.252)	TJLP	5,09	(471)	6,36	(589)	7,64	(706)
Debêntures	(142.499)	CDI	4,50	(6.412)	5,63	(8.016)	6,75	(9.619)
Total líquido dos passivos financeiros	(151.751)			(6.883)		(8.605)		(10.325)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(1.722)		(3.442)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(9.252)	TJLP	5,09	(471)	3,82	(353)	2,55	(235)
Debêntures	(142.499)	CDI	4,50	(6.412)	3,38	(4.808)	2,25	(3.206)
Total líquido dos passivos financeiros	(151.751)			(6.883)		(5.161)		(3.441)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						1.722		3.442

Fontes: as informações do CDI foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 27 de dezembro de 2019 e a TJLP foram extraídas do BACEN.

v) Risco de preço

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	20.917	21.219	-	-	(302)	4.241
Provisão para crédito de liquidação duvidosa IFRS 16	2.652	1.664	-	-	988	153
Custo de transação de empréstimos	11	-	-	-	11	-
Imobilizado líquido - contratos de concessão	-	-	343	382	39	45
Direitos a faturar	-	-	831	839	8	6
Ágio sobre aquisições	-	-	1.056	1.015	(41)	(90)
Provisão para contingências	-	-	9.519	9.890	371	371
Outras provisões	146	364	-	-	(218)	142
	134	185	-	-	(51)	(141)
	23.860	23.432	11.749	12.126	805	4.727
Compensação (*)	(11.749)	(12.126)	(11.749)	(12.126)	-	-
Total líquido	12.111	11.306	-	-	805	4.727

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Reconciliação da taxa efetiva	2019	2018
Resultado do exercício antes dos impostos	(649)	(5.984)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	221	2.035
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(120)	(40)
Outras	39	2.732
Imposto corrente	(665)	-
Imposto diferido	805	4.727
Alíquota efetiva	(22%)	(79%)

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia objetivando a geração de lucro tributário realiza ações através da efetiva redução de custos operacionais e administrativos, os aumentos tarifários contratuais e o aumento das receitas através de planos de investimentos para atendimento aos contratos de concessão.

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2019	2018
2019	-	33
2020	457	425
2021	1.103	1.027
2022	2.683	2.497
2023	3.719	3.462
2024 em diante	4.149	3.862
Total	12.111	11.306

20. Receita operacional líquida

Receita líquida	2019	2018
Saneamento	73.766	63.368
Construção	48.349	47.983
Serviços	4.644	2.679
Abatimentos e cancelamentos	(2.772)	(1.586)
Impostos sobre serviços	(6.985)	(6.000)
Total	117.002	106.444

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

21. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2019	2018
Custo de construção	(48.349)	(47.983)
Depreciação e amortização	(10.558)	(9.345)
Despesas com pessoal	(5.120)	(4.880)
Serviços de terceiros	(4.429)	(3.252)
Energia elétrica	(4.136)	(3.530)
Outorga e taxas de fiscalização	(2.851)	(2.593)
Materiais Auxiliares	(2.676)	(1.439)
Outros custos	(532)	(644)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(154)	(25)
Materiais Diretos	(51)	(26)
Creditos de Pis e Cofins	971	855
Total	(77.885)	(72.862)

Despesas comerciais	2019	2018
Despesa com pessoal	(2.565)	(2.206)
Serviços de terceiros	(956)	(476)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.858)	(370)
Outras despesas comerciais	(222)	(161)
Depreciação e amortização	(108)	(113)
Materiais	(96)	(100)
Total	(7.805)	(3.426)

Despesas administrativas e gerais	2019	2018
Despesa com pessoal	(8.110)	(3.845)
Serviços de terceiros	(2.740)	(6.919)
Depreciação e amortização	(1.912)	(1.338)
Outras despesas	(1.819)	(5.120)
Despesas com comunicação/marketing	(1.084)	-
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	-	(242)
Total	(15.665)	(17.464)

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

22. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	1.332	1.584
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	28	89
Descontos obtidos	28	26
Outras receitas financeiras	221	-
Total	1.609	1.699
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(15.236)	(16.696)
Comissões e despesas bancárias	(2.981)	(3.531)
Outras despesas financeiras	(235)	(148)
Total	(18.452)	(20.375)
Despesas financeiras líquidas	(16.843)	(18.676)

23. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Remuneração da diretoria	869	804
Participação nos lucros e resultados	-	449
Encargos sociais	134	257
Benefícios diretos e indiretos	39	81
Total	1.042	1.591

Não foram pagos valores a título de:

- (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);
- (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);
- (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e
- (d) remuneração baseada em ações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c) Outras transações com partes relacionadas

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 6)	(Nota 6)	(Nota 11)	(Nota 11)		
Iguá Saneamento S.A.						
Contrato de assistência técnica	(a)	-	-	21	4	(2.629)
Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	-	258	(4.716)	(1.132)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(c)	78	73	524	568	(43)
Total		78	73	524	847	(4.755)
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 12)	(Nota 12)		
Conta corrente	(d)	-	-	110.357	33.949	-
Financiamento - BNDES	(e)	-	-	2.510	4.202	-
Total		-	-	112.867	38.151	-
Não circulante						
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 12)	(Nota 12)		
Financiamento - BNDES	(e)	-	-	6.742	9.196	-

- (a) Contrato de serviços de assistência técnica entre as partes, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão das controladas, no montante equivalente a 5% sobre a receita
- (b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (c) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A. no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente
- (e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis as controladas, são as seguintes:

	2019	2018
Seguro garantia	50.488	48.857
Patrimonial (riscos diversos + equipamentos) (*)	19.345	41.876
Empresarial	30.200	-
Responsabilidade civil (**)	37.000	37.000
Total	137.033	127.733

(*) Incluído montante de R\$ 30.200 relativo a limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2019 compartilhado entre as demais empresas do Grupo Iguá.

(**) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2019 compartilhado entre as empresas do Grupo Iguá, com sub limite para barragens de R\$ 4.000 exclusivamente para SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas com exceção da Empresa e de Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e Agreste Saneamento S.A. que compartilham o teto máximo de cobertura de R\$ 37.000.

25. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente corresponde a 5% da receita líquida.

Em 31 de dezembro de 2019 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$2.851 (R\$2.593 em 31 de dezembro de 2018) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

26. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus COVID-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global. A Companhia efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. O Companhia está tomando medidas necessárias para minimizar o impacto da expansão do vírus em suas instalações operacionais e administrativas

Em 24 de março de 2020 a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) na resolução normativa nº 24, artigo 1º e 2º altera, em caráter temporário, as regras estabelecidas na Resolução Normativa / ARIS nº 19/2019, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus, estão suspensos os cortes do fornecimento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário por inadimplência dos usuários. A Administração não identificou impactos significativos nas demonstrações apresentadas, até a presente data.

Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Marcos Aurélio de Freitas
João Roberto Rocha Moraes

Conselho de Administração

Gustavo Fernandes Guiamarães
Denilson de Paula Gonzaga
Júlio Jacob

Contador

Anderson Costa Silva
CRC/SP nº SP-219557/O-4